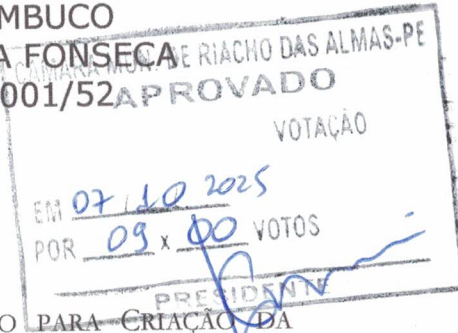
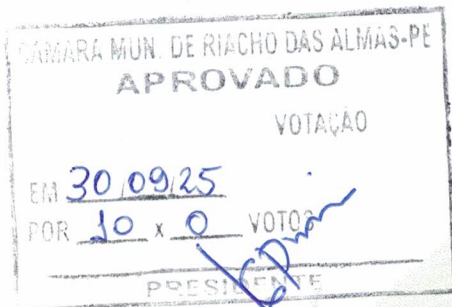




PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
CASA JOÃO SOARES DA FONSECA  
CNPJ:08.861.858.0001/52

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 27/2025.



DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DA 'PATRULHA MARIA DA PENHA' NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIACHO DAS ALMAS/PE, A QUAL FICARÁ VINCULADA À GUARDA MUNICIPAL, BEM COMO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O VEREADOR GENIVAL GOMES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno, e em conformidade com o que dispõe a legislação vigente, e ainda,

CONSIDERANDO que a violência doméstica e familiar contra as mulheres é um grave problema social, que viola os direitos humanos fundamentais e compromete a integridade física, psicológica e emocional das vítimas;

CONSIDERANDO que a Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006) representa um avanço significativo na proteção das mulheres contra a violência doméstica e familiar, estabelecendo medidas protetivas e punições para os agressores;

CONSIDERANDO que apesar dos esforços realizados para implementar a Lei Maria da Penha, ainda existem essenciais desafios significativos na sua efetiva aplicação, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento e monitoramento das vítimas e ao cumprimento das medidas protetivas;

CONSIDERANDO que a Guarda Municipal de Riacho das Almas/PE desempenha um papel fundamental na garantia da segurança e da ordem pública em nosso município, sendo um agente importante para a prevenção e combate à violência doméstica e familiar;

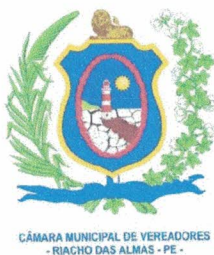
CONSIDERANDO que a criação da Patrulha Maria da Penha na Guarda Municipal de Riacho das Almas/PE, é uma medida essencial para fortalecer a aplicação da Lei Maria da Penha em nosso Município, garantindo um atendimento mais ágil, sensível e eficaz às mulheres vítimas de violência;

CONSIDERANDO que a aprovação deste Projeto de Lei é essencial para reafirmar o compromisso do Município de Riacho das Almas/PE com a proteção dos direitos das mulheres e o combate à violência de gênero, promovendo um ambiente mais seguro, justo e inclusivo para todos os seus cidadãos e cidadãs, submete assim, à apreciação desta Câmara Municipal o seguinte PROJETO DE LEI:

Rua Dr. Manoel Borba, 104 – Centro - Fone: (81)3745-1128

E-mail: camarariachodasalmas@gmail.com





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
CASA JOÃO SOARES DA FONSECA  
CNPJ:08.861.858.0001/52

**Art. 1º** Fica autorizada a criação da 'Patrulha Maria da Penha', devendo esta ficar vinculada à Guarda Municipal, que atuará no atendimento à mulher vítima de violência doméstica ou familiar, podendo esta violência ser física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, no âmbito do Município de Riacho das Almas, Estado de Pernambuco, e será regida pelas diretrizes dispostas nesta Lei e na Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

**Parágrafo único.** O patrulhamento visa fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha, garantindo sua efetividade e atuando na prevenção, monitoramento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, bem como integrando ações, estabelecendo relação direta com a comunidade e assegurando o devido suporte para as vítimas neste Município.

**Art. 2º** As diretrizes de atuação da Patrulha Maria da Penha são:

**I** - Orientar a Guarda Municipal de Riacho das Almas/PE no campo de atuação da Lei Maria da Penha;

**II** - Nortear os Guardas Civis Municipais da Patrulha e os demais agentes públicos envolvidos, para atuarem com mais sensibilidade e conhecimento sobre a realidade das vítimas e executar de forma correta e eficaz o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, visando o atendimento célere, humanizado e qualificado;

**III** - Orientar os órgãos públicos responsáveis no controle, acompanhamento e monitoramento dos casos de violência contra a mulher, de modo a reduzir a incidência desse tipo de ocorrência;

**IV** - Orientar e garantir o atendimento sem vitimização, de maneira humanizada, observada a situação de violência, quando houver medida protetiva de urgência, respeitando os princípios da dignidade da pessoa humana e da não discriminação;

**V** - Viabilizar a integração dos serviços oferecidos às mulheres em situação de violência.

**Parágrafo único.** A Patrulha Maria da Penha visará fortalecer a aplicação da Lei Maria da Penha em nosso Município, garantindo um atendimento mais ágil, sensível e eficaz às mulheres que sofrem violência doméstica ou familiar.

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar uma Coordenação da Patrulha Maria da Penha, a qual ficará sob responsabilidade das Secretarias pertinentes.





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
CASA JOÃO SOARES DA FONSECA  
CNPJ:08.861.858.0001/52

§ 1º As ações de atendimento e organização interna da Patrulha Maria da Penha serão fixadas mediante a instituição de protocolos de atendimento, definição de normas técnicas e padronização de fluxos entre os órgãos que coordenarão a Patrulha e os demais parceiros responsáveis pela execução dos serviços, pautando-se pelas diretrizes previstas no artigo 2º da presente Lei.

§ 2º Ao se organizar o grupo de trabalho para realizar o patrulhamento, deverá obrigatoriamente, ter a presença de, pelo menos, uma mulher como integrante.


**Art. 4º** Fica autorizada a Prefeitura Municipal a realizar esforços por meio da articulação com os órgãos públicos do Estado de Pernambuco, União e Poder Judiciário, para definir atos complementares que auxiliem e garantam a execução das ações da Patrulha Maria da Penha no Município de Riacho das Almas, Estado de Pernambuco.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, existentes na Lei Orçamentária vigente, as quais poderão ser suplementadas, se necessário for, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 6º** O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar a presente Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

**Art. 7º** Esta Lei entrará em vigor, após sua aprovação, na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Riacho das Almas/PE, 19 de Setembro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
GENIVAL GOMES DE MOURA  
VEREADOR AUTOR

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
- RIACHO DAS ALMAS - PE -





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
CASA JOÃO SOARES DA FONSECA  
CNPJ:08.861.858.0001/52

**MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 27/2025.**

CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS/PE, 19 DE SETEMBRO DE 2025.

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES:

Venho respeitosamente à presença de Vossas Excelências, propor o Projeto de Lei em anexo que visa ***dispor sobre a autorização para criação da Patrulha Maria da Penha no âmbito do Município de Riacho das Almas/PE, a qual ficará vinculada à Guarda Municipal.***

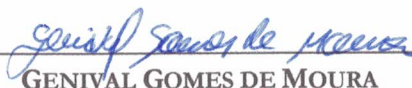
É importante destacar que, conforme é de conhecimento público e notório, a violência doméstica e familiar contra as mulheres é um problema sério e persistente em nossa sociedade. A Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006) é uma importante ferramenta legal para enfrentar essa questão, porém, sua eficácia depende, em grande parte, da efetividade de uma série de medidas de proteção e do suporte oferecido às vítimas.

Dessa forma, a criação de uma Patrulha Maria da Penha, terá como objetivo, não só fortalecer a aplicação da Lei Maria da Penha em nosso município, garantindo um atendimento mais ágil, sensível e eficaz às mulheres que sofrem violência doméstica ou familiar, mas também destinar um corpo policial específico para combater e se especializar no combate a essa violência. Esta Patrulha não apenas se concentrará na fiscalização do cumprimento das medidas protetivas, mas também atuará de forma preventiva, monitorando e acompanhando as vítimas para garantir sua segurança e bem-estar.

As diretrizes estabelecidas neste Projeto de Lei, visam orientar a atuação da Patrulha Maria da Penha, fornecendo um quadro claro de responsabilidades e procedimentos para os agentes envolvidos. Além disso, a coordenação entre as Secretarias Municipais de Governo, Segurança e Mobilidade Urbana, e de Desenvolvimento Social, Inclusão e Direitos Humanos garantirá uma abordagem integrada e eficaz para lidar com esse problema complexo.

É importante ressaltar que a presença de uma mulher como integrante obrigatória no grupo de trabalho da Patrulha Maria da Penha reconhece a importância da representatividade de gênero na abordagem dessas questões sensíveis. Assim, por meio da aprovação deste Projeto de Lei, estaremos demonstrando nosso compromisso com a proteção dos direitos das mulheres e o combate à violência de gênero em nossa comunidade.

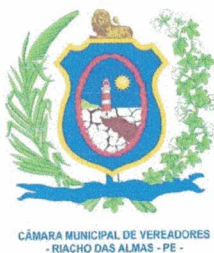
Conto com o apoio de todos os vereadores e da população de Riacho das Almas/PE para tornar essa iniciativa uma realidade e promover um ambiente mais seguro e inclusivo para todos e todas.



GENIVAL GOMES DE MOURA

VEREADOR AUTOR





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
CASA JOÃO SOARES DA FONSECA  
CNPJ:08.861.858.0001/52

❖ COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 027/2025

AUTORIA: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DA 'PATRULHA MARIA DA PENHA' NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIACHO DAS ALMAS/PE, A QUAL FICARÁ VINCULADA À GUARDA MUNICIPAL, BEM COMO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei do Legislativo nº 027/2025, de iniciativa do Ilmo. Sr. Vereador Genival Gomes de Moura, que visa **dispor sobre a autorização para criação da 'Patrulha Maria da Penha' no âmbito do Município de Riacho das Almas/PE, a qual ficará vinculada à Guarda Municipal, bem como dá outras providências correlatas.**

A presente proposta legislativa foi encaminhada à competente comissão para análise e parecer, nos termos dos arts. 93, 150 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Riacho das Almas/PE.

É o que se passa a fazer.

2. PARECER

Na forma regimental desta Casa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas, submeteu à apreciação desta Comissão de Finanças e Orçamento o Projeto de Lei em tela, pelo que passamos a analisá-lo, para oferta de Parecer.

De início, é pontual destacar que nos termos do art. 108 do Regimento Interno desta Egrégia Casa Legislativa, compete a Comissão de Finanças e Orçamento o estudo e apreciação das matérias que detenham natureza financeira e orçamentária. Vejamos:

**Art. 108.** Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

- I – Plano Plurianual;
- II – Diretrizes Orçamentárias;





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
CASA JOÃO SOARES DA FONSECA  
CNPJ:08.861.858.0001/52

III – Proposta de Orçamento Anual;

IV – **proposições referentes a matérias tributárias**, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que indiretamente, **alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário Municipal ou interessem ao crédito a ao Patrimônio Público Municipal**;

V – proposições que fixem ou aumentem os vencimentos do Servidor e que fixem ou atualizem os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, bem como concessão de benefícios que acarretem despesas de cunho indenizatório no âmbito da Câmara Municipal.

Nesse sentido, avaliando o conteúdo constante da proposição em apreço, verificou-se a existência do **devido lastro legal**, por estar em consonância com as disposições da Lei nº 4.320/64, bem como a proposição atende aos requisitos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Por conseguinte, à luz das legislações financeiras e orçamentárias vigentes no Brasil, não conseguimos vislumbrar na proposta legislativa, qualquer afronta às normas supracitadas, bem como que respeita de forma veemente a Lei Orgânica deste Município.

### 3. CONCLUSÃO

Visto isso, nos restou comprovada a mais cristalina convicção sobre a **legalidade** da matéria constante na presente proposta legislativa, bem como, observa-se o devido lastro financeiro e orçamentário, além do que, a matéria disposta é de elevada relevância à sociedade, motivo pelo qual concluímos por sua plena **aprovação**.

Para constar, eu, Vereador *[assinatura]*, Relator, lavrei o presente parecer, que assino juntamente com os demais membros.

Riacho das Almas, 23 de setembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

*[assinatura]*  
GUSTAVO ANDRÉ DE LUCENA SOUZA

PRESIDENTE

*[assinatura]*  
TIAGO ALEXSANDRO LOYOLA DE OLIVEIRA

RELATOR

*[assinatura]*  
ABENILDO SEVERINO DA SILVA

MEMBRO